

A CONTA DA PRIVATIZAÇÃO CHEGOU: CIDADES PEQUENAS PODEM FICAR SEM ÁGUA E ESGOTO

O “por enquanto” governador de Minas Gerais, Mateus Simões, candidato à reeleição, confirmou mais uma vez o que o SINDÁGUA vem denunciando e alertando desde que seu antecessor e padrinho político, Romeu Zema, anunciou o projeto de privatização da Copasa: a população mineira, sobretudo das cidades menores, corre sério risco de ficar sem água nas torneiras, caso os municípios não renovem os contratos de concessão com a empresa até o dia 28 de setembro, prazo final para aderirem à Copasa privatizada.

Simões e a direção da Copasa estão pressionando os prefeitos para que aceitem o novo acordo e renovem os contratos até 2073. Em entrevista ao jornal “Hoje em Dia”, em tom de ameaça, o eventual governador afirmou que tem até o final de setembro “para garantir que os municípios menores façam adesão à Copasa, porque, se eles não fizerem, eles vão acabar ficando sem água e sem esgoto. E eles têm que aderir, se eles quiserem ficar com a Copasa nova, com a Copasa privatizada”.

No mesmo tom intimidador, o herdeiro do comedor de banana reclamou da “demora” de alguns prefeitos para renovar os contratos. “Acho que alguns prefeitos estão demorando a entender que, se eles não fizerem adesão, os municípios vão ficar com um problema muito grande na mão, porque não conseguem fazer estações isoladas”, arrotou o eventual governador,



demonstrando que sua intenção é repetir a manobra utilizada pelo governo Zema/Simões para apressar a privatização da Copasa, em processo recheado de golpes e irregularidades, com o beneplácito da Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

O Sindicato sempre alertou que a venda da Copasa é um desastre anunciado: a prioridade não é mais a prestação de um serviço público essencial, mas a busca de lucro a qualquer custo em cima de um bem comum, a água, que deveria ser direito de todos e tratada com política pública estratégica. O resultado é sempre o mesmo: aumento das tarifas, crescimento exponencial das reclamações dos usuários, demissão de trabalhadores, corte de custos operacionais e precarização dos serviços.

O exemplo mais recente e evidente dos severos danos da privatização do saneamento vem de São Paulo, com a Sabesp privatizada: a população agora sofre com contas mais caras, falta de transparência e denúncias graves sobre a qualidade da água.

